

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - Criada pela RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 107 de 03 de maio de 2020, CONVOCA e CITA o ex-servidor CARLOS EDUARDO DE MORAIS JUNIOR, MASP: 1479774-0, ou seu procurador, para que se manifeste perante a Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente (CRVPI), instalada na Superintendência de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-900, Prédio Minas, 5º andar, Estação 05.0779, no prazo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do conteúdo integral do Processo Administrativo de Débito nº 1450.01.0106029/2023-37, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos que caracterizam, em tese, recebimento indevido. A manifestação poderá ser realizada pessoalmente, nos dias úteis, das 08h00 às 16h00, ou via Correios, por meio de Aviso de Recebimento (AR), ou por correspondência eletrônica: crvpi@seguranca.mg.gov.br. A apresentação intempestiva de manifestação ou a sua ausência sujeitará o processo à pena de revelia e às penalidades legais previstas no art. 46 do Decreto nº 46.668/2014.

Leonardo Braulio Ferreira Nogueira
Presidente da Comissão de Recuperação de
Valores Pagos Indevidamente

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - Criada pela RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 107 de 03 de maio de 2020, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução SEPLAG 37/2005, CONVOCA e CITA o ex-servidor SOLIMAR BERNADETH REIS, MASP: 445474-0, ou seu procurador, para que se manifeste perante a Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente (CRVPI), instalada na Superintendência de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-900, Prédio Minas, 5º andar, Estação 05.0779, no prazo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do conteúdo integral do Processo Administrativo de Débito nº 196/2018 (SEI 1450.01.0002843/2020-34), acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos que caracterizam, em tese, recebimento indevido. A manifestação poderá ser realizada pessoalmente, nos dias úteis, das 08h00 às 16h00, ou via Correios, por meio de Aviso de Recebimento (AR), ou por correspondência eletrônica: crvpi@seguranca.mg.gov.br. A apresentação intempestiva de manifestação ou a sua ausência sujeitará o processo à pena de revelia e às penalidades legais previstas no art. 46 do Decreto nº 46.668/2014.

Leonardo Braulio Ferreira Nogueira
Presidente da Comissão de Recuperação de
Valores Pagos Indevidamente

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - Criada pela RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 107 de 03 de maio de 2020, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução SEPLAG 37/2005, CONVOCA e CITA o ex-servidora LUANA PEREIRA BUENO, MASP: 1344211-6, ou seu procurador, para que se manifeste perante a Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente (CRVPI), instalada na Superintendência de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-900, Prédio Minas, 5º andar, Estação 05.0779, no prazo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do conteúdo integral do Processo Administrativo de Débito nº 145/2018 (SEI 1450.01.0002728/2020-35), acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos que caracterizam, em tese, recebimento indevido. A manifestação poderá ser realizada pessoalmente, nos dias úteis, das 08h00 às 16h00, ou via Correios, por meio de Aviso de Recebimento (AR), ou por correspondência eletrônica: crvpi@seguranca.mg.gov.br. A apresentação intempestiva de manifestação ou a sua ausência sujeitará o processo à pena de revelia e às penalidades legais previstas no art. 46 do Decreto nº 46.668/2014.

Leonardo Braulio Ferreira Nogueira
Presidente da Comissão de Recuperação de
Valores Pagos Indevidamente

17 2089673 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 323/2024, Joelson Fontes Dias, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 323/2024, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, em 09 de outubro de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, INTIMA, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado no cargo de Policial Penal, SERGIO R. GOMES - MASP 1.38x.x24-9, pelo presente mandado para, tomar ciência do Despacho de Indiciamento, e apresentar as alegações finais e ficando a Comissão à disposição através do endereço de e-mail nucad1f.sejusp@gmail.com para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Nos termos do art. 272, §2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e de seus advogados, Dr. Gilberto de Souza Netto - OAB/RJ 167.336 e Dr. Jamir Roberto Ferreira de Sousa - OAB/RJ 144.702, SERGIO R. GOMES - MASP 1.38x.x24-9 - PROCESSADO NO PAD Nº 323/2024.

Juiz de Fora, 17 de junho de 2025
Joelson Fontes Dias
MASP 1.141.399-4
Presidente da Comissão

17 2089458 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 213/2025, Warlen Fernandes Ferreira, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 213/2025, com extrato publicado no Minas Gerais de 30 de abril de 2025, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único, da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA e CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, a senhora PRISCILA DE ALMEIDA JACOME - MASP: 1.449.417-3, Policial Penal, lotada e em exercício no Presídio de São Joaquim de Bicas II, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Rod. Papa João Paulo II, 4001, Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP: 31630900, Prédio Minas, 4º andar, nos dias úteis, das 08h às 16h, ou se manifestar com esta comissão processante pelo endereço eletrônico: comissao09nucad@gmail.com, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos que lhe são atribuídos, em tese, e que caracterizam ilícitos administrativos conforme portaria inaugural, condutas estas que, se comprovadas, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V, VI e VII, e/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, todos na forma da Lei 869/1952, estando sujeita a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I ou III do referido Diploma Estatutário, sob pena de REVELIA e designação de defensor ex-offício.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2025.
Warlen Fernandes Ferreira
Presidente da Comissão

17 2089439 - 1

ATO 00618/2025 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO AO SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº 1.0000.24.391558-4/000, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: MASP: 1372274-9 EDUARDO LUIZ MASCHETTI, a contar da data de publicação.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ATO 000611/2025 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL RETIFICA O ATO 00575/2025 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 16/05/2025, para vinte horas semanais, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, à servidora relacionada:

Onde se lê: MASP: 1218260-6 ALEXANDRE BARBOSA PAIXAO, a contar da data de publicação.
Leia-se: MASP: 1218260-6 ALEXANDRE BARBOSA PAIXAO, em prorrogação, a contar de 01/12/2024.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2091421 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 48.928 de 24/10/2024, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 004/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de janeiro de 2021, bem como no Parecer nº 433/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao processado RICARDO JUNIO CALIXTO - MaSP 1.273.760-7, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, lotado na Penitenciária de Contagem I - Nelson Hungria, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto nos art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, inciso I, e art. 250, incisos II e IV, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Helvício Macedo Teodoro OAB/MG 38.771. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 228/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 1º de junho de 2023, bem como no Parecer nº 436/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 10 (dez) dias ao processado LUIZ FERNANDO PEREIRA - MaSP 1.258.247-4, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, lotado na Penitenciária de Patrocínio I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD nº 145/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 5 de maio de 2023, bem como no Parecer nº 418/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD _PROC./2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 20 (vinte) dias ao processado GESIEL ALVES DA SILVA- MaSP 1.148.675-0, ocupante do cargo de Agente de Policial Penal, admissão 3, lotado no Presídio de Canápolis I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V, VI e IX, e/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Ainda, ARQUIVA os autos em face de FLAVIO OLIVEIRA COELHO - MaSP 1.247.400-3, ocupante do cargo de Agente de Policial Penal, admissão 1, também lotado no Presídio de Canápolis I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e do defensor dativo Washington Souza Santos - MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 278/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de junho de 2023, bem como no Parecer nº 442/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 20 (vinte) dias ao processado SILVANO IZIDORIO - MaSP 1.219.950-1, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado na Assessoria de Informação e Inteligência Prisional, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V, VI e IX, e/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Gabriel Valadares Silva Lima Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por CARLOS TEIXEIRA DE SIQUEIRA - MaSP 1.213.262-7, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 064/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 30 de abril de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 439/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD _PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Cleber Ferreira da Silva OAB/MG 187.863. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD nº 166/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de maio de 2023, bem como no Parecer nº 437/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD _PROC./2025, ABSOLVE o processado OSMAR JUNIO SOUZA DASILVA - MaSP 1.444.509-2, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, e ARQUIVA os autos em face do processado FLAVIO OLIVEIRA COELHO - MaSP 1.247.400-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, ambos lotados no Presídio de Tarumirim I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo

Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados Diego Pimentel Machado OAB/MG 184.181 e Luciana Bonomo de Albergaria OAB/MG 116.600. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 619/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 21 de dezembro de 2022, bem como no Parecer nº 423/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD _PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de EVERTON SILVA BORBA - MaSP 1.386.492-1, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio de Tupaciguara I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Victor Bruno Alves de Jesus Ganem Rodrigues OAB/MG 157.255. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/ PDS Nº 060/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 22 de outubro de 2022, bem como no Parecer nº 377/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD _PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de DÉNIS FERNANDO FONTES SANTOS - MaSP 1.364.867-0, desligado do cargo de prestador de serviço na função de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotado no Centro Socioeducativo de Sete Lagoas à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e da advogada Renata Fernandes Santos OAB/MG 158.762. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO CANCELAMENTO DE TAD

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, CANCELA o Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 093/2022 firmado com R.P.G., devido ao não cumprimento das cláusulas acordadas.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO CANCELAMENTO DE TAD

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, CANCELA o Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 115/2020 firmado com R.O.M., com fundamento no Despacho nº 239/2025/CGE/CSET_SEJUSP/NUCAD _GAB.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de junho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2091428 - 1

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1218840-5, PABLO ALVES ROCHA MESQUITA, referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Administrativo, do Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo, para a Superintendência de Humanização do Atendimento, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0086485/2025-39.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1388747-6, RAPHAEL FELIPE FREITAS MARTINS, referente ao cargo efetivo Policial Penal, da Diretoria Regional da 01ª RISP, para o Presídio de Nanuque, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0089672/2025-29.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE EM CUMPRIMENTO A DECISÃO JUDICIAL proferida no Mandado de Segurança nº 5004391-88.2024.8.13.0112, o(a) servidor(a) de MASP 1379877-2, DOUGLAS RODRIGO DIAS, referente ao cargo Efetivo Policial Penal, do Presídio de Campo Belo, para o Presídio Doutor Nelson Pires, conforme documentos constantes no Processo Administrativo SEI nº 1080.01.0066550/2024-97.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR PERMUTA”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea b, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0040071/2025-74, os servidores: MASP 1382500-5, ELBER PEREIRA SANTOS, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Bocaiuva, para o Presídio Regional de Montes Claros,

MASP 13811476, ANDERSON KLAISBIAN PEREIRA BOREM, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio Regional de Montes Claros, para o Presídio de Bocaiuva.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1246925-0, MARIO LUCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JUNIOR, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Departamento Penitenciário de Minas Gerais, para o Complexo Penitenciário Parceria Público Privada, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0100310/2025-20.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2091442 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

Pauta da 172ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM) do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam. Data: 08 de julho de 2025, às 14h. Endereço virtual da reunião: <https://www.youtube.com/channel/UCuU11AB462m8py3C1jsJ4w>

1. Abertura pelo Presidente da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM).

2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

3. Comunicado dos Conselheiros.

4. Comunicado da Secretaria Executiva.

5. Exame da Ata da 171ª RE de06/06/2025.

6. Cobrança pelo Uso da Água 2025: Novo Sistema e Ações do Usuário. Apresentação: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon) do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam).

7. Processo Administrativo para exame do Recurso ao arquivamento de processo de regularização ambiental:

7.1 Geo Agropecuária Ltda./Fazenda Jatobá e Tabocas - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas);Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura;Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes; Avicultura: Suinocultura - Jequitai e Várzea da Palma/MG - Licença de Operação Corretiva -PA/SLA/Nº 854/2023 -Processo Híbrido SEI/Nº2090.01.0008700/2023-05 - Classe 4. Apresentação: URA NM.RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Henrique Damásio Soares representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e Ricardo Gomes Silva representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta.

8. Processos Administrativos para homologação do Termo de Composição Administrativa - TCA de adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - PECMA, conforme disposto no art. 43 da Lei 25.144/2025 e no § 3º do art. 8º do Decreto nº 48.994/2025:
8.1 Maria Fernanda Coelho de Oliveira- Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação em área de 78,7 hectares, com implantação de vegetação artificial capim sem autorização do órgão ambiental competente; Cortar 04 árvores da espécie pequizeiro, declarada imune de corte, sem autorização do órgão ambiental competente; Desmatar 100,4 hectares de vegetação de espécies nativas, sem proteção especial, localizadas em área comum, sem autorização do órgão ambiental competente; Cortar 199 árvores sem proteção especial, localizadas em área comum, sem autorização do órgão ambiental competente (Código 309-A; 306; 301-A; 304-A - Decreto 47.383/18) - Lagoa dos Patos/MG - PA/CAP/Nº 821213/25 - AI/Nº 206635/2025. Apresentação: URFIS NM.

8.2 José Santana de Sá - Desmatar com destoca uma área de 90,7 hectares de vegetação nativa em estágio médio de regeneração, localizada em área comum, sem licença do órgão ambiental; Tornar inservível 1.575 metros cúbicos de lenha oriundo de uma supressão de vegetação nativa realizada sem autorização do órgão ambiental, mediante queima do referido material lenhoso. (Código 301-A e 302-A) - Catuti/MG - PA/CAP/Nº 797976/24 - AI/Nº 331331/2024. Apresentação: URFIS NM.

8.3 Silvano Alencar de Souza- Desmatar através de destoca, uma área 131 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, secundário em área comum, em estágio inicial de regeneração, sem autorização do órgão ambiental, todo o material lenhoso foi incorporado ao solo, a área fiscalizada encontra-se coberta com capim. (Código 301-A)- Verdelândia/MG – PA/CAP/Nº 760132/22 - AI/Nº 300136/2022. Apresentação: URFIS NM.

8.4 Antônio Ademilson Rabelo dos Santos- Desmatar com destoca 78,52 hectares de vegetação com formação florestal em área comum; Suprimir 7.290,00 árvores esparsas sem proteção especial e sem a retirada do material lenhoso e desmatar